



Devolver dinheiro, nem pensar

Apenas quatro dos 27 vereadores que retornaram às ligações do EXTRA disseram que não vão aceitar reajuste

■ MARCELO DIAS

marcelo.dias@extra.inf.br

■ Apesar de desfrutarem de um reajuste legal de 63%, que, desde 1º de janeiro, eleva seus salários de R\$ 9,2 mil para R\$ 15 mil, vereadores cariocas evitam se mostrar para defender o que dizem ser seu direito. O EXTRA procurou todos os 51 parlamentares esta semana — exceto Luiz André Deco e Fausto Alves, que estão presos. Foram dois contatos telefônicos e dois por e-mail e, dos 49, pouco mais da metade, 27, se manifestou. Deles, quatro (Andréa Gouvêa Vieira, Eliomar Coelho, Paulo Pinheiro e Teresa Bergher) prometeram devolver o dinheiro a mais que receberam retroativamente desde janeiro.

Por lei, o salário de vereadores em cidades com mais de 500 mil habitantes equivale a até 75% do dos deputados estaduais — que ganham o mesmo percentual sobre os vencimentos da Câmara Federal, num efeito cascata. Em meio à polêmica na Câmara Municipal, o presidente Jorge Felipe admite rever a regra. Mas só em 2012:

— Não precisamos estabelecer 75%. Se a lei votada em 2012 definir que a próxima legislatura receberá 70% do subsídio do deputado estadual, será de 70%. Só que nesta, a lei estabeleceu 75% e nenhuma voz se levantou aqui.

O prefeito Eduardo Paes ganha menos: R\$ 12.481,18. Menores ainda são os salários de professores (de R\$ 1.026 e a R\$ 4.072) e médicos (de R\$ 1.400 a R\$ 2.450) municipais.

COM A PALAVRA, SUAS EXCELÊNCIAS



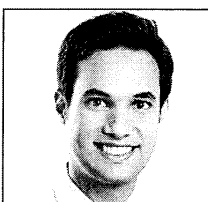
ADILSON PIRES, PT (NÃO): "O reajuste é legal e não há nada de errado com ele".



ALEXANDRE CERRUTI, DEM (NÃO): "Foi dito que é legal. Logo, é um direito meu".



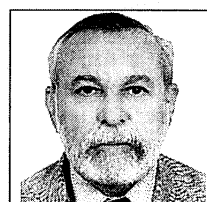
ANDRÉA VIEIRA, PSDB (SIM): "Pedi estorno e que mantivessem o salário anterior".



JAIRINHO, PSC (NÃO): "Pela Constituição, eu tenho respaldo legal".



JORGE MANAIA, PDT (NÃO): "O aumento é reconhecido pela Justiça".



ELIOMAR COELHO, PSOL (SIM): "Recusei e mandei estornar o retroativo".



LUIZ CARLOS RAMOS, PSDC (NÃO): Outro que se recusou a falar do assunto.



MARCELO ARAR, PSDB (NÃO): Limitou-se a dizer que seguiria a lei.



MARCELO PIUÍ, PHS (NÃO): "Se a Procuradoria não vê ilegalidade...".



RUBENS ANDRADE, PSC (NÃO): "É que recebemos 75% do salário da Alerj".



SÔNIA RABELLO, PV (NÃO): "Não é reajuste. Esse valor é fixado por lei".



TÂNIA BASTOS, PRB (NÃO): "Eu vivo de aluguel e não tenho casa própria".



CARLINHOS MECÂNICO, PPS (NÃO): "Entendo que está dentro da legalidade".



CARLO CAIADO, DEM (NÃO): Mandou dizer que não era obrigado a falar.



CARLOS BOLSONARO, PP (NÃO): "É bem-vindo, porque não me bancam aqui".



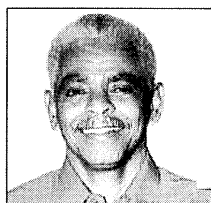
CHIQUINHO BRAZÃO, PMDB (NÃO): "A Mesa cumpriu o que prevê a lei".



JORGE BRAZ, PT DO B (NÃO): Recusou-se a dizer por que ficaria com o dinheiro.



JORGE FELIPPE, PMDB (NÃO): "Está escrito na Constituição. Sempre foi assim".



JORGINHO DA SOS, DEM (NÃO): "Não fiz a lei. Se o Felipe diz que é legal...".



BRIZOLA NETO, PDT (NÃO): "Esses que gritam como porco votaram a favor".



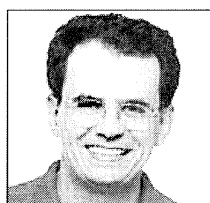
PAULO MESSINA, PV (NÃO): "É ruim se se falta mais do que trabalha".



PAULO PINHEIRO, PPS (SIM): "Mande esse dinheiro retornar para a Câmara".



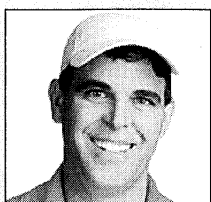
PROFESSOR UOSTON, PMDB (NÃO): "Eu faço jus, porque trabalho muito".



REIMONT, PT (NÃO): "Devolvo se for confirmada a sua ilegalidade".



TERESA BERGHER, PSDB (SIM): "Se existe controvérsia, devolverei sim".



TIO CARLOS, DEM (NÃO): "É lícito. Só seria imoral se não trabalhasse".



VERA LINS, PP (NÃO): "O presidente não faria algo que não fosse legal".

NÃO RESPONDERAM: Dentre os que se recusaram a responder, estão Aloísio Freitas, Eider Dantas, Fernando Moraes, Rosa Fernandes e Jorge Pereira. Veja a lista completa no Extra Online.